

4. DEFESA DE DIREITOS (ADVOCACY)

Introdução à defesa de direitos das famílias de natimortos

Acabar com a tragédia dos natimortos evitáveis e garantir um cuidado respeitoso e de apoio após o óbito de um bebê — incluindo o cuidado no luto e durante gestações subsequentes — não acontecerá apenas por meio de programas e intervenções. É necessário enfrentar causas sistêmicas, ampliar a conscientização, promover mudanças em políticas públicas e realizar investimentos que corrijam inequidades e melhorem a qualidade do cuidado. Esse nível de transformação exige a defesa de direitos.

Este capítulo oferece uma base introdutória sobre a defesa de direitos, além de orientações para o desenvolvimento de estratégias de defesa de direitos voltadas à prevenção da natimortalidade e ao apoio às famílias. Nele, são apresentados os fundamentos da defesa de direitos, como definir prioridades para a defesa de direitos no contexto da natimortalidade e como construir uma estratégia eficaz nessa área. Também são incluídos estudos de caso, sugestões de mensagens e exemplos de instrumentos de política pública que podem ser usados para criar um argumento sólido para ação. Outros estudos de caso estão disponíveis em um [repositório online](#). A lista dos casos abordados nesses estudos de caso está no [Anexo 2](#).

Fundamentos da defesa de direitos

A defesa de direitos é o processo de influenciar tomadores de decisão para que adotem ou modifiquem políticas ou outras medidas a fim de alcançar um objetivo desejado — geralmente a solução de um problema. As ações de defesa podem variar desde a pressão política direta até petições, grandes mobilizações e muito mais. Um defensor é a pessoa que argumenta, recomenda ou oferece suporte a determinado objetivo por meio da defesa de direitos. Muitas pessoas se engajam nesse tipo de ação em seu trabalho e também na vida cotidiana, seja ao convencer um ministro da saúde a adotar um novo programa ou a investir em uma nova área, seja ao reivindicar melhorias no abastecimento de água da comunidade local.

Tipos de defesa de direitos no contexto da natimortalidade

Para a prevenção da natimortalidade e o apoio às famílias enlutadas, existem três principais tipos de defesa de direitos: técnica, política e de sensibilização (ou “voz”). Cada tipo tem um propósito distinto, exige o engajamento de diferentes atores e demanda táticas específicas — mas os três são necessários para que a natimortalidade seja colocada como prioridade na agenda política. A [Tabela 4.1](#) descreve os tipos de defesa de direitos, seus públicos-alvo e exemplos de táticas e ferramentas para cada abordagem. Outros exemplos podem ser encontrados no [repositório online](#).



Iniciativa de saúde materna do Wilson Center e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para um debate sobre o papel das parteiras na conquista do Acesso Universal à Saúde (UHC). O evento destacará as barreiras para alcançar o UHC, a contribuição das parteiras para a saúde sexual, reprodutiva, materna e neonatal, bem como as estratégias para preencher as lacunas de atendimento ao redor do mundo. Fonte: White Ribbon Alliance.

TABELA 4.1: TIPOS DE DEFESA DE DIREITOS COM PÚBLICO-ALVO, EXEMPLOS DE TÁTICAS E FERRAMENTAS PARA CADA ABORDAGEM

TIPO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	EXEMPLO DE TÁTICAS
SENSIBILIZAÇÃO/CONSCIENTIZAÇÃO	Aumentar a conscientização sobre a prevenção da natimortalidade e o apoio às famílias; ampliar a demanda por ação das partes interessadas	- Políticos ou pessoas influentes - Mídia - Pais e mães impactados - Líderes da comunidade	- Desenvolver mensagens fortes e culturalmente adequadas para combater o estigma e transmiti-las por meio de pessoas inspiradoras que atuem como porta-vozes. → Use o kit de ferramentas para defesa de direitos da Parent Voices Initiative - Estabelecer parcerias com pais impactados e valorizar suas vozes potentes na defesa por mudanças. Ampliar o alcance das vozes dos pais criando espaços para compartilhar suas experiências e conhecimentos (artigos de opinião, participação em painéis, conversas, reuniões com autoridades). Oferecer suporte à formação e capacitação de pais em defesa de direitos e integrá-los ao planejamento e à implementação de políticas de saúde. Possibilitar o compartilhamento anônimo de histórias quando necessário (por exemplo, por meio de submissões online). → Conheça os grupos de pais e mães pelo Parent Voices Registry.
TÉCNICO	Introduzir ou aprimorar a implementação de uma política ou medida relevante – como a inclusão de novos indicadores sobre natimortalidade, o uso de dados para identificar populações com risco desproporcional de natimortalidade ou o ajuste de programas de capacitação de profissionais de saúde para incorporar a conscientização sobre o tema	- Funcionários de ministérios (como os da Saúde, Fazenda e Educação) e de departamentos de registro civil e estatística) - Governos locais - Outras instituições relevantes	- Solicitar uma reunião com autoridades para apresentar dados por meio de relatórios ou apresentações. → Considere usar os perfis de natimortalidade do UNICEF - Sugerir possíveis mudanças ou intervenções, como convidar autoridades para uma visita técnica a uma unidade de saúde que já tenha implementado medidas-chave. → Baseie-se nas recomendações do Every Newborn Action Plan (ENAP) - Elaborar um plano de investimento. → Use como referência a The Lancet Ending Preventable Stillbirths Series
POLÍTICO	Aumentar a priorização governamental e o financiamento para a natimortalidade, mobilizar a estrutura governamental para apoiar ações de prevenção e cuidado às famílias enlutadas	- Políticos - Tomadores de decisão que definem a agenda política ou aprovam orçamentos	- Apresentar aos tomadores de decisão evidências da demanda por ação. → Considere utilizar compromissos nacionais vinculados à iniciativa Every Women Every Child - Garantir a apropriação e a responsabilidade do governo em relação a acordos internacionais (como o ENAP ou o Sustainable Development Goals) avaliando o progresso atual no âmbito nacional. Esclarecer que o governo é responsável por cumprir as metas globais acordadas. → Use estratégias e metas nacionais relacionadas à natimortalidade

Experiências que deram certo

O [UK National Bereavement Care Pathway \(NBCP\)](#) foi desenvolvido e implementado com sucesso por meio de estratégias-chave de defesa de direitos. A seguir, estão as etapas principais e como foram alcançadas:

- **Demonstrar a dimensão do problema:** o grupo central do NBCP utilizou relatórios, como [auditorias anuais da Sands](#) para fornecer evidências de cuidados no luto inconsistentes e insatisfatórios. Em seguida, foram realizados eventos para ouvir pais e mães apresentando histórias reais. Pontos regulares de coleta de dados evidenciaram quantas famílias são impactadas e uma avaliação independente ajudou a demonstrar as necessidades contínuas.
- **Definir a direção da solução:** o grupo central do NBCP formulou um caminho nacionalmente acordado e obteve o apoio de instituições de caridade e organizações profissionais nacionais. A conscientização, por meio da [Baby Loss Awareness Week](#) e outras iniciativas, manteve o tema do cuidado no luto respeitoso e de qualidade na agenda pública.
- **Apresentar formas de colaborar na implementação da solução:** a [Sands UK](#) ofereceu-se para presidir o grupo central do NBCP, liderar em nome da colaboração e ser a principal voz junto ao governo.

Mais informações: O NBCP, voltado à perda gestacional e à morte de bebês, oferece orientações e recursos destinados a profissionais de saúde que prestam assistência a famílias que vivenciaram aborto espontâneo, interrupção da gestação por anomalia fetal, natimortalidade, óbito neonatal ou morte súbita e inesperada de um bebê. O protocolo já foi adotado por mais de 100 instituições hospitalares na Inglaterra e está em fase de implementação na Escócia.

Prioridades para a defesa dos direitos relacionados à natimortalidade

As prioridades e o foco das ações de defesa de direitos dependerão dos principais problemas identificados, do contexto, dos recursos disponíveis e de outros fatores específicos de cada situação. No entanto, um dos referenciais que pode ajudar na definição dessas prioridades é a chamada à ação [The Lancet Ending Preventable Stillbirths Series \(27\)](#), apresentada no [Anexo 3](#) e resumida no [Quadro 4.1](#). Essa chamada à ação estabelece metas e marcos para eliminar a natimortalidade evitável, reduzir as desigualdades e melhorar o apoio no luto após o nascimento de um bebê natimorto.

QUADRO 4.1: RESUMO DA CHAMADA À AÇÃO THE LANCET ENDING PREVENTABLE STILLBIRTHS SERIES (Série “Eliminação da natimortalidade evitável” da *The Lancet*) (27)

Metas de mortalidade até 2030

- Taxa nacional de natimortalidade: 12 natimortos ou menos a cada 1.000 nascimentos no total em todos os países.
- Equidade: todos os países devem estabelecer e cumprir as metas para reduzir as desigualdades e utilizar dados para monitorar os casos de natimortalidade.

Acesso universal a cuidados de saúde até 2030

- Saúde sexual e reprodutiva: acesso universal aos serviços e integração às estratégias e programas nacionais.
- Atenção pré-natal: oferta universal de cuidados pré-natais abrangentes e de qualidade.
- Atenção durante o trabalho de parto e o nascimento: cuidado universal, eficaz e respeitoso intraparto.

Marcos até 2025 (atualizados)

- Marcos estabelecidos no [Every Newborn Action Plan \(ENAP\) \(4, 48\)](#) e no [Ending Preventable Maternal Mortality \(EPMM\) \(49, 50\)](#).
- Cuidado respeitoso, que inclui um consenso global sobre um conjunto de medidas para o cuidado após a morte de um bebê durante a gestação ou no parto.
- Redução do estigma: todos os países devem reconhecer o impacto da natimortalidade e definir mecanismos para reduzir o estigma associado a ela.

Orientações para a elaboração de uma estratégia de defesa dos direitos

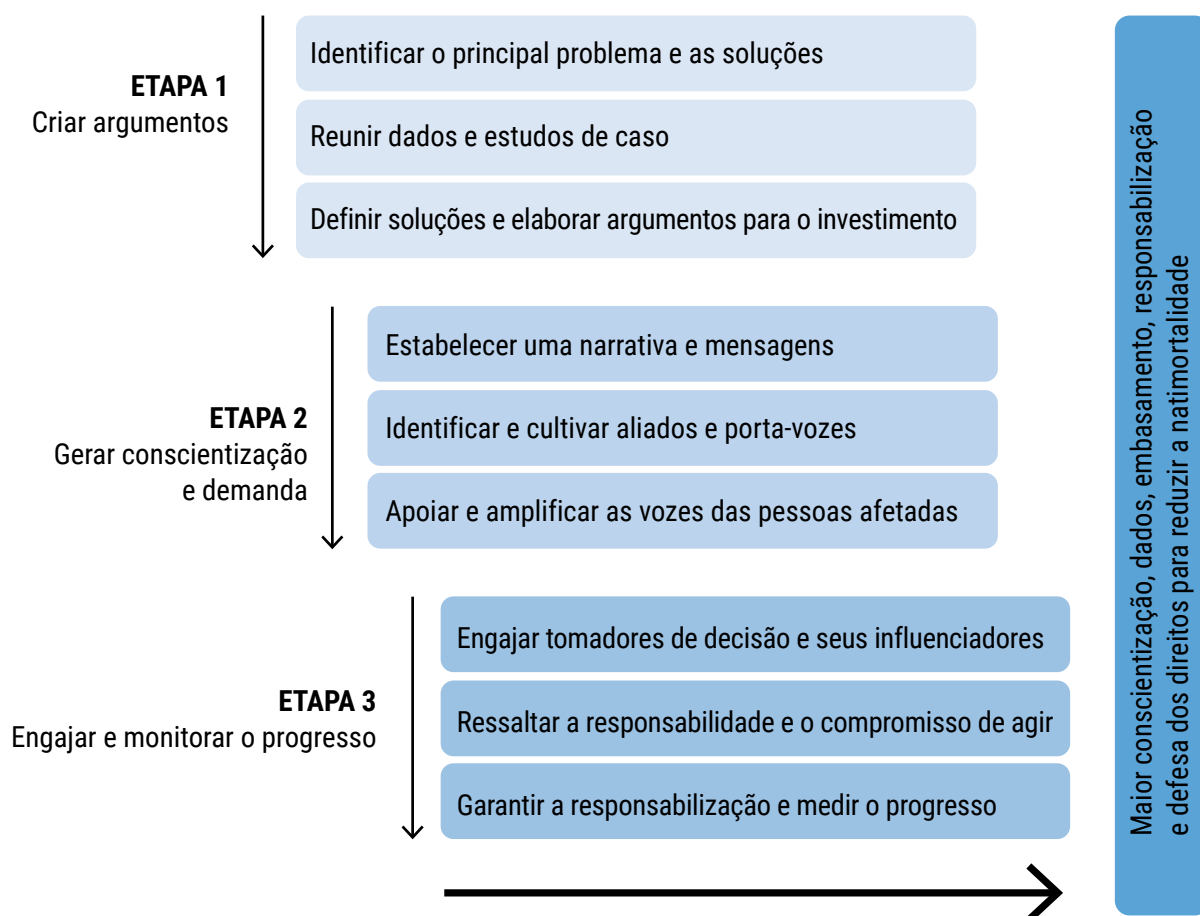
Nesta seção, o processo de defesa de direitos é detalhado em etapas, com o objetivo de oferecer uma compreensão clara dos elementos que compõem a construção de um argumento convincente em favor da mudança.

Independentemente da extensão da estratégia, é útil refletir sobre as seguintes perguntas: Qual é o problema? *Qual* é a solução? *Quem* são as pessoas responsáveis pelas decisões capazes de resolver o problema? O que essas pessoas precisam fazer e em que *prazo*? *Como* é possível influenciá-las para que isso aconteça?

A criação de uma estratégia de defesa de direitos é um processo contínuo. Embora as etapas sejam apresentadas aqui em uma sequência específica, elas podem ser executadas em outra ordem ou até mesmo de forma simultânea. Além disso, algumas etapas podem ser repetidas ou ignoradas.

Uma defesa de direitos eficaz deve criar argumentos, aumentar a conscientização, a demanda e envolver os responsáveis pelas decisões, além de monitorar o progresso ([Figura 4.1](#)).

No entanto, como se trata de um processo contínuo e dinâmico, essas etapas nem sempre são lineares. Por exemplo, pode ser útil mapear os atores envolvidos antes de criar os argumentos, de modo que esses atores também possam contribuir para os argumentos.

FIGURA 4.1: ETAPAS PARA UMA DEFESA EFICAZ DOS DIREITOS

A defesa de direitos também pode ser utilizada para alcançar metas menores, como conseguir o convite para que um pai ou mãe que teve um bebê natimorto fale em uma conferência nacional de saúde — uma forma de contribuir para metas mais amplas, como incluir um indicador sobre natimortalidade em uma estratégia nacional de saúde. No entanto, mesmo metas menores como esse exigem recursos financeiros (por exemplo, para cobrir custos de viagem e despesas incidentais), além de apoio à mãe ou ao pai, já que essa participação pode trazer à tona lembranças dolorosas.

Etapa 1: criar um caso

PERGUNTA:	AÇÃO:
Qual é o problema?	Conduzir uma análise da situação
Qual é a meta?	Identificar os principais objetivos para solucionar o problema
Quais informações estão disponíveis para explicar o problema e fundamentar a necessidade de mudança?	Reunir evidências, incluindo coletar dados e estudos de caso Definir soluções que ajudarão a dar suporte à chamada à ação Criar uma proposta de investimento, incluindo as principais demandas para os tomadores de decisão

Identificar problemas e possíveis soluções

A prevenção e o apoio em casos de natimortalidade são questões multifacetadas, que envolvem diversos atores, desafios e oportunidades (veja o [Capítulo 2](#)). Pode ser difícil identificar um único problema em torno do qual concentrar uma estratégia de defesa de direitos, já que provavelmente há vários problemas inter-relacionados. Identifique esses problemas e divida-os em objetivos menores e acionáveis. Estabelecer quais objetivos devem ser abordados primeiro ajudará a definir as “demandas” — as ações específicas que os tomadores de decisão precisarão adotar. Uma análise da situação pode ajudar.

Para realizar essa análise, é importante considerar os problemas específicos de cada instituição e quais informações estão disponíveis. Alguns desafios podem incluir limitações de dados, falta de conscientização sobre a natimortalidade, silenciamento e/ou invisibilização das vozes das pessoas impactadas, recursos financeiros limitados e estratégias frágeis para quantificar e enfrentar as causas da natimortalidade.



Trabalho em grupo do National Dialogue – Paquistão.
Fonte: White Ribbon Alliance

Reunir dados e estudos de caso

A coleta de dados e estudos de caso envolve reunir informações essenciais relacionadas ao problema identificado, analisá-las e apresentá-las de forma compreensível — e capaz de influenciar — os tomadores de decisão. É útil usar exemplos concretos ou estudos de caso para ilustrar o problema, já que os dados, por si só, dificilmente levam à ação. Políticos e tomadores de decisão analisam grandes volumes de dados todos os dias, por isso, os estudos de caso e os dados devem vir acompanhados de demandas específicas.



REFLEXÃO

Quais são os problemas mais comuns relacionados à prevenção da natimortalidade e ao apoio às famílias em sua instituição? Os exemplos apresentados aqui se aplicam à sua realidade? Existem outros que devem ser considerados? Pense em equidade: alguns desses problemas afetam de forma sistemática algum grupo populacional mais do que outros grupos?



RECURSOS

- [Every Newborn Toolkit](#), seção V: Ferramentas de análise da situação: Exemplos nacionais e lições aprendidas (51)
- [ISA webpage on advocacy](#)

RECURSOS

- [United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation \(UN-IGME\) country and regional profiles](#)
- [Guidance for how to develop case studies](#)



Definir soluções e desenvolver justificativas para o investimento

Para definir soluções para o problema, é necessário identificar as oportunidades e as lacunas nas políticas existentes. Isso significa compreender as políticas e metas do país relativas à natimortalidade. Iniciativas globais sobre

natimortalidade e óbitos neonatais também podem ser usadas para impulsionar ações em níveis nacional e subnacional. Existem duas iniciativas globais principais nas quais a natimortalidade está incorporada:

1. [Every Newborn Action Plan \(ENAP\) \(4, 48\)](#) adotado como resolução da Assembleia Mundial da Saúde (WHA 67.10) em 2014, que busca erradicar a natimortalidade e os óbitos neonatais evitáveis.
2. [Ending Preventable Maternal Mortality \(EPMM\) \(49, 50\)](#), lançado em 2015, que visa erradicar os óbitos maternos evitáveis.

O ENAP e o EPMM incluem metas globais e nacionais de mortalidade e de cobertura (isto é, acesso a cuidados de saúde de qualidade em cada etapa), além de recomendações sobre como os países podem reduzir mortalidade, morbidade e fechar lacunas de equidade subnacional por meio de planos de trabalho harmonizados coordenados pela OMS. O [Anexo 4](#) apresenta as metas de mortalidade e cobertura do ENAP e do EPMM, juntamente com perguntas orientadoras a serem consideradas na elaboração de uma estratégia de defesa de direitos. Ao revisar essas iniciativas globais, faça as seguintes perguntas:

O seu país/distrito/unidade de saúde possui metas nacionais ou subnacionais para natimortalidade?

- Se sim, quais são? Essas metas estão alinhadas com as metas nacionais e subnacionais do ENAP e do EPMM? Use os [dados mais recentes do UN-IGME](#) para elaborar diferentes cenários sobre como alcançar essas metas até 2030.

O seu país/distrito/unidade de saúde possui metas nacionais e subnacionais de cobertura em saúde materna e neonatal?

- Se sim, quais são? Essas metas estão alinhadas com as metas nacionais e subnacionais do ENAP e do EPMM?
- Se não houver metas para natimortalidade, saúde materna e neonatal, considere incluir o desenvolvimento dessas metas na estratégia de defesa de direitos.

O seu país/distrito/unidade de saúde estabeleceu metas para reduzir as desigualdades?

- Se sim, quais são? Se não houver metas de equidade, considere incorporá-las à estratégia de defesa de direitos.

Por fim, as soluções também deverão contemplar eventuais desafios que possam comprometer o sucesso das ações. Será importante identificar e mapear os objetivos necessários para alcançar as soluções e registrar possíveis obstáculos. Se os objetivos forem de longo prazo, desdobre-os em subobjetivos com metas intermediárias e de curto prazo.

RECURSOS

- A chamada à ação [The Lancet Ending Preventable Stillbirths Series](#) apresenta um argumento de retorno triplo sobre o investimento na prevenção da natimortalidade, que também contribui para evitar óbitos maternos e neonatais e melhorar os desfechos de saúde. O argumento sobre retorno triplo pode ser encontrado na [The Lancet \(52\)](#).



Etapa 2: gerar conscientização e demanda

PERGUNTA:	AÇÃO:
Como posso explicar e compartilhar meus objetivos?	Estabelecer uma narrativa e desenvolver mensagens centrais com base nas evidências.
Quem pode abordar o problema? Quem pode tomar as decisões para solucioná-lo?	Identificar e mapear os principais públicos-alvo e audiências (aliados e porta-vozes) e cultivar o relacionamento com eles.
Quem os influencia? Quem pode ser um porta-voz?	Fazer uma análise de poder.
Como apoiar e engajar as vozes das pessoas impactadas?	Identificar e engajar porta-vozes, incluindo famílias impactadas e profissionais de saúde.

Estabeleça uma narrativa e mensagens

Depois de identificar o problema e os objetivos da defesa de direitos, é hora de desenvolver mensagens que transmitam a urgência, a dimensão e o impacto da questão.

Essas mensagens devem destacar a gravidade do problema e definir o tom da iniciativa de defesa de direitos. As estratégias de defesa geralmente têm uma mensagem principal e até quatro mensagens de apoio. A seguir, veja alguns exemplos de mensagens sobre natimortalidade, que podem ser adaptadas a contextos específicos:

- **Todo nascimento de um bebê natimorto é uma tragédia.** Estima-se que, todos os anos, ocorram [INSERIR AQUI os dados mais recentes antes de usar este guia] casos de natimortos, muitos dos quais poderiam ser evitados, e a maioria ocorre durante o trabalho de parto e o nascimento.
- **A natimortalidade é negligenciada** em diversos aspectos — comprometendo o avanço das políticas de saúde e agravando o sofrimento dos pais enlutados. São subnotificadas nos registros de rotina e, muitas vezes, os sistemas de saúde não têm estrutura para oferecer o apoio necessário às mulheres e famílias impactadas.

- **Mulheres de grupos em situação de vulnerabilidade têm pelo menos o dobro de risco de terem um bebê natimorto** em comparação com aquelas em grupos mais favorecidos. Políticas e programas direcionados podem ajudar a reparar inequidades e reduzir a natimortalidade.
- **O progresso na redução da natimortalidade ainda é lento**, mas nossa experiência demonstra que é possível reduzi-la com liderança forte e investimentos adequados.
- **Líderes, formuladores de políticas e defensores da causa precisam agir com urgência para dar visibilidade ao tema da natimortalidade** e integrá-lo de forma mais ampla às políticas e programas de saúde materna e infantil. Essas ações têm potencial para salvar milhões de vidas.
- **Em todos os níveis da sociedade, precisamos de mais defesa de direitos e conscientização** para enfrentar os tabus e o fatalismo em torno da natimortalidade, reduzir o estigma e garantir apoio às mulheres e famílias enlutadas.

Para saber mais sobre o papel das lideranças, veja a seção [Liderança](#) no [Capítulo 5](#).



RECURSOS

- Painel 2: Desconstruindo mitos sobre a natimortalidade em [deBernis et al. 2016 \(27\)](#) é um ponto de partida útil para orientar a elaboração de mensagens com base em fatos sobre a natimortalidade.
- O [modelo de mapeamento de mensagem, a planilha e a lista de verificação](#) criados pela Agency for Toxic Substances and Disease Registry podem ajudar.

Identificar e cultivar aliados e porta-vozes

Ao elaborar uma estratégia de defesa de direitos relacionada à natimortalidade, é essencial identificar o público-alvo, os aliados e os porta-vozes, bem como os indivíduos ou grupos a serem influenciados. Uma análise de poder pode ajudar a compreender os processos de tomada de decisão e de formulação de políticas, identificar as partes interessadas envolvidas e definir em que medida elas podem influenciar os desfechos (as mudanças que se busca alcançar).

Para realizar uma análise de poder, é importante considerar três perguntas principais:

- Quem pode mudar a situação atual? Esses são os *alvos* ou indivíduos estratégicos que ocupam posições importantes ou têm poder para promover mudanças.
- Quem são os *influenciadores*? Pessoas que exercem influência sobre os alvos e podem utilizá-la a favor ou contra as mudanças desejadas.
- O que é importante para eles — o que os motivaria a aderir a uma chamada à ação (as “demandas”)?

Os principais públicos-alvo para a defesa de direitos relacionados à natimortalidade incluem:

- Altos formuladores de políticas de saúde em governos e agências das Nações Unidas (tomadores de decisão/ influenciadores)
- Gestores de programas e formuladores de políticas em outros setores além da saúde
- Parlamentares (com foco na alocação orçamentária, prestação de contas e representação)
- Sociedade civil, incluindo organizações de pais impactados (para fortalecer a pressão externa sobre o governo)
- Agências financiadoras
- Organizações não governamentais
- Associações profissionais de obstetras e outros médicos, parteiras, enfermeiros e outros profissionais de saúde (para orientar diretrizes, protocolos e colaborar com o governo na implementação de ações)
- Mídia (para disseminação de mensagens baseadas em evidências)

A [Tabela 4.2](#) apresenta exemplos de públicos-alvo e possíveis táticas de defesa de direitos.

RECURSOS

- [Stakeholder power analysis](#)
- [Power analysis briefing](#)



TABELA 4.2: COMO IDENTIFICAR E COMPREENDER OS ALVOS DA DEFESA DE DIREITOS

ALVO	QUEM OS INFLUENCIA	O QUE LHES INTERESSA	TÁTICAS POSSÍVEIS
Autoridades dos ministérios	Ministros de departamento, centros de estudos e universidades, ex-ministros e ex-assessores de destaque, doadores e parceiros de desenvolvimento e de implementação.	Elaboração de boas políticas, embasadas em evidências sólidas que justifiquem a ação.	Produzir um relatório em coautoria com uma instituição de prestígio; organizar uma reunião com profissionais de saúde e famílias impactadas para apresentar um estudo de investimento e possíveis soluções.
Políticos no âmbito nacional	A mídia, outros legisladores, eleitores influentes, políticos regionais e colegas.	Reeleição, reputação e imagem pública – como o eleitorado os percebe.	Organizar uma reunião com outros parlamentares simpatizantes; redigir uma carta assinada por porta-vozes nacionais de destaque; publicar um artigo de opinião na mídia.
Políticos no âmbito local	Líderes comunitários e religiosos, eleitores e a mídia local.	Uma comunidade ativa; reeleição.	Publicar um artigo de opinião em um jornal local, em coautoria com um familiar impactado e um líder religioso.

Apoiar e amplificar as vozes das pessoas impactadas

O papel dos porta-vozes — pais impactados ou pessoas influentes que se dedicam à causa — pode ser extremamente relevante e contribuir significativamente para o sucesso de uma estratégia de defesa de direitos. Isso é particularmente verdadeiro no caso da natimortalidade, um tema ainda cercado por tabus culturais e estigma. Engajar e dar apoio a uma pessoa inspiradora para que se manifeste e dialogue diretamente com o público-alvo — ou por outros meios, como a mídia — pode ajudar a aumentar a conscientização sobre o problema e reduzir parte do estigma que impede o progresso. Muitas vezes, políticos são influenciados por

exemplos reais do problema e as mensagens transmitidas em encontros entre porta-vozes e tomadores de decisão podem ser extremamente eficazes. O PVI do ISA oferece recomendações sobre como alcançar esse objetivo (veja [Experiências que deram certo](#)).

RECURSOS

- [Saving Newborn Lives Champions Toolkit, 2nd edition](#) e [Toolkit Forms \(editable\)](#)
- [Raising Parents' Voices Stillbirth Advocacy Toolkit: Parents' Version – Kenya](#)
- [Raising Parent Voices Advocacy Toolkit – India Providers' Version](#)



Experiências que deram certo

A Parent Voices Initiative (Iniciativa Vozes de Pais no Luto - PVI) do ISA tem como objetivo amplificar a voz e a participação de pais enlutados por um bebê natimorto, a fim de fortalecer a defesa de direitos voltada à prevenção da natimortalidade e ao suporte no luto. Seus dois kits de ferramentas de defesa de direitos oferecem um treinamento introdutório e simples voltado a organizações de apoio a pais que vivenciaram a natimortalidade e a profissionais de saúde. No Quênia, o [kit de ferramentas de defesa de direitos para pais](#), destinado a pais que passaram pelo óbito de um bebê, busca ajudá-los a se tornarem defensores de si mesmos e de outros pais impactados, junto a profissionais de saúde, familiares, amigos e líderes comunitários, em prol de um cuidado de qualidade. Na Índia, o [kit de ferramentas de defesa de direitos para profissionais de saúde](#) nas unidades de saúde tem como propósito aumentar a conscientização sobre a natimortalidade, aprimorar o cuidado após o nascimento de um bebê natimorto e formar porta-vozes da causa, criando um ambiente mais favorável para que os pais possam reivindicar seus próprios direitos.

Etapa 3: engajar e monitorar o progresso

PERGUNTA:	AÇÃO:
Qual é a melhor tática ou combinação de táticas para alcançar o máximo de influência?	Engajar os tomadores de decisão e seus influenciadores. Definir o tipo de engajamento: reuniões, fóruns, relatórios e artigos técnicos, petições ou mobilizações
Quais ações precisam ser realizadas – e em que prazo – para implementar essas táticas?	Elaborar um plano de ação com metas e responsabilidades claras; certificar-se de ressaltar a responsabilidade e demonstrar o mandato para agir.
Quais são os momentos oportunos para colocar as táticas em prática?	Estabelecer um cronograma – aproveite eventos relevantes, datas comemorativas e outros marcos estratégicos que ajudem a reforçar os objetivos.
Como monitorar o progresso e definir os próximos passos?	Registrar as ações realizadas por meio de relatórios, blogs, resumos de eventos, publicações em redes sociais e feedback para as partes interessadas relevantes.

Engajar os tomadores de decisão e seus influenciadores

A próxima etapa de uma estratégia de defesa de direitos consiste em engajar os tomadores de decisão, seja diretamente, seja por meio de seus influenciadores ou de temas com os quais eles

se importem. Use o argumento de investimento, aliado ao aumento de conscientização gerado pelas mensagens, para pressionar os tomadores de decisão a agirem. O [Anexo 5](#) apresenta exemplos de atividades voltadas ao engajamento desses tomadores de decisão e de seus influenciadores.

É importante ter clareza sobre o público-alvo: a solicitação deve ser adaptada àquilo que o tomador de decisão realmente pode fazer. Por exemplo, um gestor da área da saúde não pode decidir o orçamento do governo para a saúde — isso é competência do Ministro da Fazenda. Da mesma forma, um parlamentar não pode resolver diretamente a questão da natimortalidade, mas pode questionar ministros para pressionar o aprimoramento da coleta de dados ou solicitar uma revisão governamental sobre o tema.

Uma vez que as mensagens tenham sido elaboradas, os porta-vozes identificados e as táticas definidas, é importante construir uma tabela que identifique o canal de comunicação adequado para cada mensagem. Esses canais podem incluir redes sociais (como Twitter/X, Instagram e Facebook), resumos de políticas públicas ou artigos de opinião na imprensa ([Tabela 4.3](#)). Avalie o momento mais estratégico para divulgar as mensagens. Muitas vezes, é mais eficaz construir o argumento gradualmente, em várias etapas.

RECURSOS



- [Launch Toolkit](#) de The Lancet Ending Preventable Stillbirths Series.
- Scorecard Ending Preventable Stillbirths do Grupo de Trabalho para Defesa de Direitos Relacionados à Natimortalidade do ISA (ISA-SAWG, ISA Stillbirth Advocacy Working Group) – monitora o progresso global em relação à chamada à ação lançada pela The Lancet. Veja o placar de 2018 publicado nas páginas 88 – 89 do [2019 Every Newborn Progress Report \(53\)](#).
- [Joint technical brief](#) sobre a Situação da Natimortalidade e os Próximos Passos no Oriente Médio (leia mais sobre como esse resumo foi desenvolvido em [Experiências que deram certo](#)).

TABELA 4.3: EXEMPLO DE UM PLANO DE MÍDIA

OBJETIVO	AGENTE	CONTEÚDO DA MENSAGEM	MÉTODO DE DIVULGAÇÃO	MOMENTO E FREQUÊNCIA
Aumentar a conscientização e o senso de urgência sobre a redução da natimortalidade	Pais e mães impactados Profissionais de saúde	A natimortalidade é negligenciada e o progresso tem sido lento (incluir dados)	Série de tuítes, postagens no Instagram e Facebook, vídeos no TikTok (e/ou outras plataformas de rede social)	Uma vez — no lançamento da estratégia de defesa de direitos
Aumentar a conscientização sobre as inequidades que elevam o risco de natimortalidade	Instituições acadêmicas Organizações profissionais	(Por exemplo) A natimortalidade afeta desproporcionalmente famílias que vivem em áreas rurais e remotas	Relatórios, infográficos, entrevistas em rádio ou TV, redes sociais	Uma vez — no lançamento da estratégia de defesa de direitos
Reduzir o estigma em torno da natimortalidade	Pais e mães impactados Profissionais de saúde	Não podemos reduzir a natimortalidade se não pudermos falar sobre elas	Entrevistas em rádio ou TV, mídias sociais, participação de pais em painéis comunitários e eventos religiosos	No lançamento da estratégia de defesa de direitos e nos seis meses que antecedem o novo orçamento do Ministério da Saúde

Experiências que deram certo

O [WHO Regional Office for the Eastern Mediterranean \(Escritório Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental – WHO EMRO\)](#), [United Nations Population Fund Arab States Regional Office \(Escritório Regional do Fundo de População das Nações Unidas para os Estados Árabes – UNFPA ASRO\)](#), o [Escritório Central do Fundo das Nações Unidas para a Infância \(UNICEF\)](#) e o [Regional Office for the Middle East and North Africa \(Escritório Regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância para o Oriente Médio e Norte da África – UNICEF MENARO\)](#) desenvolveram em conjunto o [Technical Brief on Stillbirth Situation and Way Forward](#) com o objetivo de unir vozes para uma mesma causa. Nas regiões combinadas do Mediterrâneo Oriental, Estados Árabes e Oriente Médio e Norte da África, aproximadamente 380 mil bebês nascem mortos todos os anos, com uma taxa de 19 natimortos a cada 1.000 nascimentos. Esse número é superior à média global, que é de 14 a cada 1.000 nascimentos. O Escritório Central do UNICEF contribuiu com a consolidação e análise dos dados, uma vez que os países cobertos pelas três organizações na região diferem ligeiramente entre si. Devido à pandemia de COVID-19, reuniões e discussões virtuais foram realizadas entre as três agências e um webinar regional foi organizado para aumentar a conscientização sobre a situação da natimortalidade, seus principais desafios e os próximos passos. O relatório está disponível em inglês, árabe e francês [no site do UNICEF](#).

Garantir a responsabilização e medir o progresso

Uma estratégia de defesa de direitos deve contar uma história. Ela deve demonstrar como as atividades planejadas contribuirão para gerar as mudanças desejadas. É importante identificar essas atividades e incluir marcos que permitam acompanhar o progresso. O [Anexo 6](#) apresenta um modelo de plano de ação. Revise o plano e seus marcos, estabelecendo indicadores para cada objetivo. Por meio de discussões e feedback sobre quais mensagens e táticas estão funcionando — e quais não estão — a estratégia pode ser aprimorada.

Por fim, ao término do processo, reserve um momento para avaliar a estratégia (os resultados alcançados, o esforço envolvido e as lições aprendidas), a fim de embasar o desenvolvimento da próxima estratégia. O trabalho de defesa de direitos não é fácil. Celebrar até mesmo as pequenas conquistas pode ajudar a manter o impulso e demonstrar que os esforços estão fazendo a diferença.

RECURSOS



- A [Global Health Advocacy Incubator](#) oferece uma ampla variedade de orientações e ferramentas para ações de defesa de direitos.
- A [Partnership for Maternal, Newborn and Child Health](#) (PMNCH) mapeou diversos kits de ferramentas de defesa de direitos — incluindo alguns voltados especificamente à natimortalidade — que oferecem orientações adicionais e ideias sobre como realizar iniciativas de defesa de direitos. Veja o [Anexo 7](#).
- O [Australian National Stillbirth Action and Implementation Plan \(54\)](#) é outro recurso altamente útil. Mais informações sobre seu desenvolvimento estão disponíveis no [repositório online](#).)